

DICIONÁRIOS ESCOLARES: CONTRIBUIÇÕES NO ENSINO-APRENDIZAGEM DO LÉXICO

Cacildo Galdino RIBEIRO¹
Maria Helena DE PAULA²

Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão
gal_rib@hotmail.com
mhpcat@gmail.com

RESUMO: Tendo em vista a necessidade de estudos sobre como o dicionário escolar está sendo utilizado nas escolas públicas brasileiras, surgem pesquisas, ainda que em pequeno número, feitas por estudiosos interessados pelo assunto. Verifica-se nas bibliografias especializadas as contribuições que a lexicologia pedagógica, a lexicografia e a metalexicografia têm dado às pesquisas sobre a prática do uso dos dicionários escolares nas escolas brasileiras. Falamos de pesquisas que se preocupam com o ensino do léxico, tendo como ferramenta pedagógica o dicionário escolar. Especialmente no contexto das escolas públicas brasileiras, somente com o PNLD/2000 os dicionários foram inseridos como material pedagógico necessário ao processo de ensino-aprendizagem da língua materna. Ao contrário do livro didático, o dicionário é uma ferramenta ainda pouco explorada nas escolas. Nesse sentido, este estudo tem o objetivo de revisar os conceitos e concepções de estudiosos acerca da importância e necessidade do uso dos dicionários escolares nas escolas. Reserva-se a este estudo apenas a utilização de bibliografias escritas em língua portuguesa, incluindo-se livros, capítulos, dissertações e teses, inclusive de pesquisadores que compuseram a comissão de avaliação dos dicionários do PNLD/2006.

PALAVRAS-CHAVE: dicionários escolares; aquisição lexical; lexicologia.

ABSTRACT: Considering the need of studies about how the school dictionary is being used in Brazilian public schools, there is the emerging of researches, even though in a small number, done by researchers interested in the subject. It is verified, in the specialized bibliographies, the contributions that the pedagogical lexicology, the lexicography and the metalexicography have given to the researches about the practice of using school dictionaries in Brazilian schools. We discuss researches that care about teaching lexicon, using the school dictionary as pedagogical tool. It was only after the PNLD/2000 that the dictionaries were inserted as the pedagogical tool necessary to the process of teaching-learning the mother tongue (L1), especially in the context of Brazilian public schools. Contrary to the textbook, the school dictionary is scarcely explored in the schools. In this sense, this study aims to revise the notions and concepts of scholars regarding the need to use school dictionaries. This study is limited to only using bibliography written in Portuguese, including books, chapters, dissertations and theses, especially from researchers who took part in the committee that evaluated the dictionaries from the PNLD/2006.

¹ Mestrando em Estudos da Linguagem – Departamento de Letras – CAC/UFU.

² Professora do Mestrado em Estudos da Linguagem – Departamento de Letras – CAC/UFU.

KEY WORDS: school dictionaries; lexical acquisition; lexicology.

1. Introdução

De um modo simples, é possível que quase todos os brasileiros, pelo menos os alfabetizados, saibam o que é um dicionário e, basicamente, quais são suas funções. Podemos deduzir algumas respostas como: um livro para se consultar a grafia das palavras; um livro em que se permite verificar a existência ou não de alguma palavra na Língua Portuguesa (LP); ou, ainda, um livro que nos permite saber o “significado” das palavras. Além dessas definições, é possível apresentarmos outra ideia, muito comentada popularmente, acerca dos dicionários: os melhores dicionários são os “grandes”, os maiores, os que têm mais palavras.

Tais concepções não estão erradas, embora os dicionários apresentem todas as funções citadas acima, nem sempre são os aspectos físicos das obras lexicográficas que definem a qualidade das mesmas, mas sim a coerência do seu projeto lexicográfico com a faixa etária e o conhecimento linguístico do consulente.

Dentre os dicionários de língua podem-se apontar como principais modelos usuais nas sociedades contemporâneas: o dicionário padrão e o dicionário geral da língua, além de outros modelos reduzidos – os mini-dicionários (como se chamam no Brasil), os dicionários escolares e dos dicionários infantis. Cada uma dessas modalidades de dicionários tem como parâmetro o total de entradas, ou verbetes repertoriados (BIDERMAN, 2001, p. 131).

Mesmo que muitas pessoas já tenham realizado consultas em algum desses tipos de dicionários, boa parte delas nem sempre sabe fazê-las de modo adequado ou percebem a importância da obra lexicográfica no aprendizado do léxico. Isso não é diferente no contexto escolar, ambiente em que, teoricamente, se deveria usar o dicionário como ferramenta didática, assim como se utiliza a gramática. “Apesar do reconhecimento unânime de suas funções didáticas, este tipo de obra é ainda um objeto bastante desconhecido e mesmo pouco explorado no ensino da língua materna” (KRIEGER, 2004/2005, p. 102).

Acredita-se que apesar de os alunos serem, às vezes, estimulados pela escola ao uso do dicionário, para a consulta ortográfica das palavras, dos seus significados, assim como de sinônimos, adjetivos, dentre outros, eles podem demonstrar dificuldades em entender as informações apresentadas nas obras ou, ainda, não conseguem encontrar o que desejam (DAMIM, 2005). Logo, é curioso saber quais são as atividades, com o uso do dicionário, que os professores das escolas têm desenvolvido nas aulas junto aos seus alunos.

Ao contrário do livro didático, o dicionário é uma ferramenta ainda pouco explorada nas escolas. Nas escolas públicas brasileiras, somente no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2000 os dicionários foram inseridos como material pedagógico necessário ao processo de ensino-aprendizagem da língua materna. Conforme o Guia de Livros Didáticos/2004 (2003, p. 20), “[...] um dicionário pode ser um instrumento bastante valioso para a aquisição de vocabulário e para a aprendizagem da leitura e da escrita – e isso para todas as áreas e para todas as horas, já que ler e escrever, dentro e fora da escola, fazem parte de muitas outras atividades”.

No PNLD/2006, foi incluída a distribuição de dicionários, avaliados por uma equipe formada por pesquisadores de universidades brasileiras, que avaliaram e,

posteriormente, apontaram as obras lexicográficas que melhor poderiam contribuir com a aprendizagem dos alunos das escolas públicas (RANGEL, 2011).

Partindo disso, este artigo tem o objetivo de revisar os conceitos e concepções de estudiosos acerca da importância e necessidade do uso dos dicionários escolares nas escolas.

2. Língua, léxico e cultura

Embora a comunicação entre os homens tenha se iniciado verbalmente de forma rudimentar na língua falada, é na modalidade escrita da língua, que uma comunidade linguística conserva, de modo mais seguro, o seu arcabouço cultural, ou seja, através do registro escrito a memória de um povo pode avançar mais no tempo. Consequentemente, neste ato, as civilizações podem preservar não só as suas riquezas culturais, como o acervo de signos que representam linguisticamente todo e qualquer modo de pensar e agir das pessoas deste grupo. Ademais, a língua é responsável pela perpetuação das civilizações e a preservação de suas culturas, ao mesmo tempo em que também se faz pela configuração cultural que a ampara. Língua e cultura, são, pois, constitutivas. Logo, vale refletirmos sobre como o processo de criação do léxico de uma língua acontece, pois somente assim podemos compreender o motivo de sua existência e uso.

Conforme Sapir (1961), tanto o ambiente físico quanto o social contribui para influenciar na constituição da língua, ou seja, na construção do léxico dos falantes. Para o autor, o léxico de cada língua varia conforme a interação social dos falantes exercida no ambiente físico em que vivem. A exemplo dessa discussão, podemos citar o fato de que no Brasil temos apenas a palavra neve para designar um tipo de chuva de gelo que cai do céu. Em contrapartida, os esquimós possuem uma palavra para cada tipo de nevada. Ora, no Brasil raramente se neva apenas no sul do país, portanto, não precisamos mais de que uma única palavra para tal fenômeno físico. Já os esquimós, que vivem no Ártico, por questões climáticas, necessitam de definições distintas para cada tipo de nevada ou gelo.

De acordo com Biderman (2001),

[...] o léxico de uma língua natural pode ser identificado com o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história. Assim, para as línguas de civilização, esse patrimônio constitui um tesouro cultural abstrato, ou seja, uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos categoriais para gerar novas palavras (2001, p. 14).

Assim, a língua torna-se um bem valioso para o ser humano, que o permite, além de resguardar sua cultura, se comunicar e interagir numa mesma comunidade linguística ou, no caso de idiomas diferentes, também entre comunidades linguisticamente distintas. Portanto, a comunicação entre as pessoas se torna possível graças a um sistema linguístico comum aos seus falantes e possível de aprendido aos falantes de outras línguas.

Através de um processo de inventário dos objetos, organizando-os em grupos, considerando seus traços distintivos ou igualitários e nomeando-os o homem pôde organizar o ambiente em que vivia (BIDERMAN, 2001). Logo, entende-se que “[...] a geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos lingüísticos: as palavras” (BIDERMAN, 2001, p. 13). Embora o homem sempre nomeie as coisas que conheça no mundo, não podemos pensar na lexicalização como uma simples rotulação dessas coisas, e também

esquecer que a lexicalização é um processo dinâmico que consiste tanto na criação de novas palavras, como no desuso de outras palavras (ANTUNES, 2012).

Vilela (1994) acrescenta que

o léxico é o subsistema da língua mais dinâmico, porque é o elemento mais directamente chamado a configurar linguisticamente o que há de novo, e por isso é nele que se reflectem mais clara e imediatamente todas as mudanças ou inovações políticas, econômicas, sociais, culturais e científicas (VILELA, 1994, p. 14).

Além disso, o léxico, ou seja, as palavras que utilizamos, pode reflectir características específicas do grupo ao qual pertencemos, de modo que tanto as palavras escolhidas ao falar, como o modo delas serem pronunciadas, as entonações e “[...] os tipos de combinações sintáticas que fazemos (a ordem das palavras na sequência da sentença) e outros muitos itens, que indicam nossa procedência, que revelam ‘a casa’ onde fazemos morada” (ANTUNES, 2012, p. 46).

Contudo, para que a língua materna se torne comum e funcional aos seus falantes, bem como perpetue ou passe por renovações, ela precisa seguir normas específicas e entendidas por todos os sujeitos da comunidade linguística. Para tanto, as gramáticas e dicionários foram criados, para expressarem o uso que fazemos da língua, seja em suas regras combinatórias para criar signos, seja para os articularem na função primeira de comunicar enquanto partícipes³ de uma dada comunidade de língua.

Sobre o funcionamento da língua, de acordo com Carvalho (1987), Saussure diz que ela está organizada basicamente sobre dois eixos: o sintagmático e o paradigmático. Assim, entende-se que respectivamente os eixos são correspondentes ao léxico da língua, palavras, e as regras que a normatiza, a gramática. Portanto, a língua é “um sistema de signos convencionais e suas possibilidades combinatórias” (COELHO, 2008, p. 14). Coelho (2008) ainda acrescenta que

Uma língua seria, não só mas também, um sistema de signos convencionais e suas possibilidades combinatórias. Tal definição, embora bastante sucinta, tem a vantagem de apresentar os dois constituintes principais que compõem qualquer sistema linguístico: (a) o *léxico* (sistema de signos), isto é, o inventário das unidades significativas responsáveis pela conceituação e representação do universo empírico natural e do sócio-cultural produzido pela atividade dos homens em sociedade, e (b) a gramática (sistema de combinatórias dos signos), ou seja, o inventário das regras e procedimentos que regulam a formação de palavras e as construções sintáticas, de que as pessoas se servem na produção de suas frases, quando se põem a comunicar (COELHO, 2008, p. 14).

Com o fito de ainda tratar de léxico, noutra configuração, é importante ressaltarmos a figura do dicionário, haja vista que é nele que se apresenta quase que a totalidade lexical das línguas escritas. Em outras palavras, é no dicionário da língua padrão

³ Neste caso, nos referimos ao português usado no Brasil, dentre as suas diversas ocorrências dialetais, que podem ditar normas e usos específicos a grupos na comunidade linguística.

que “[...] o léxico de um idioma é registrado de forma sistemática” (KRIEGER, 2007, p. 295). Ainda sobre dicionários, Krieger (2007) salienta que além de esse tipo de obra lexicográfica ser um arquivo da memória para as sociedades, “ao registrarem, de modo sistematizado, os itens lexicais de uma língua dão coesão às sociedades e projeção às suas culturas, porquanto definem a identidade linguística dos povos” (KRIEGER, 2007, p. 297).

É válido consideramos que não se pretende aqui privilegiar a língua escrita em relação à falada. Entretanto, pretende-se apenas evidenciar que o repositório escrito da memória que o dicionário representa o alça à condição de objeto cultural como quaisquer outros livros de gêneros diversificados.

3. Breve contextualização histórica do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD

Há anos, o ensino de Língua Portuguesa é assunto bastante discutido pelos especialistas em linguagem e educação no Brasil, principalmente quando o ensino acontece no universo das escolas públicas. Por isso, muitos estudos sobre gramáticas e dicionários escolares estão disponíveis no mercado editorial para atenderem às demandas do ensino-aprendizagem da língua materna nas escolas brasileiras. Entretanto, para que se tenha uma ideia melhor sobre o atual modelo de livros didáticos (LD) ou dicionários distribuídos e utilizados nas escolas públicas brasileiras é importante conhecermos, mesmo que resumidamente, alguns aspectos históricos importantes que deram início às políticas que contribuíram com os atuais modelos de obras didáticas distribuídas às escolas públicas.

Conforme Mantovani (2009), o marco da preocupação do governo brasileiro em relação ao LD ocorreu em 1929 quando se criou o Instituto Nacional do Livro (INL), que tinha a função de legislar acerca do LD. Em seguida, em 1930, “o Decreto-lei n. 19.402 criou uma nova Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Era o início do Ministério da Educação (MEC)” (MANTOVANI, 2009, p. 26). Neste mesmo contexto, foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), a qual devia regulamentar uma política para o LD.

Assim, a CNLD tinha como tarefa fazer o controle da adoção dos livros, de forma que estes possibilitassem o desenvolvimento de um espírito de nacionalidade. Esse fato fica claro quando se analisam os critérios para as avaliações dos livros, que valorizavam muito mais os aspectos político-ideológicos do que os pedagógicos (WITZEL, 2002, p. 18, *apud* MANTOVANI, 2009, p. 28).

Depois de muitas críticas aos modelos de LD distribuídos pelo governo, bem como os diversos fracassos quanto à escolha e distribuição destas obras, criou-se, em 19 de agosto de 1985, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o qual nos interessa saber mais neste estudo.

De acordo com Rangel (2011), os livros que o Estado e o mercado editorial elaboravam, também chamados manuais, deveriam subsidiar o trabalho dos professores, através de unidades organizadas em lições, tendo em vista a falta de materiais didáticos, as classes lotadas de alunos, o pouco tempo do professor e os salários baixos. O autor pontua que

A partir de 1993, entretanto, o MEC passou a preocupar-se sistematicamente com a qualidade desses livros, depois de anos seguidos de denúncias, pela imprensa, de erros, preconceitos e atividades inócuas, alarmantemente frequentes no LD. Uma comissão foi, então, especialmente constituída para estabelecer, para cada componente curricular, critérios de qualidade, analisando-se, com base neles, parte do material então distribuído às escolas (BRASIL, 1994, *apud* RANGEL, 2011, p. 41).

O PNLD previa a compra de livros didáticos escolhidos pelos professores, através de listas oferecidas pelos editores (RANGEL, 2011). Logo, o MEC inaugurou um programa que, além de permitir aos professores a escolha dos livros que melhor atendiam às demandas educacionais do processo de ensino-aprendizagem em suas escolas, também reconhecia a possibilidade de reutilização dos livros, abandonando a ideia do livro descartável.

Apesar desta introdução da participação dos professores nas escolhas dos livros, falhas metodológicas, editoriais, conceituais eram recorrentes nas obras, de modo que foi necessário que o MEC instituisse uma comissão de especialistas para avaliarem os LD (MANTOVANI, 2009).

Depois de alguns anos, em 1996, a política de avaliação do LD parecia ainda ter cristalizado a adesão pelo manual. Porém, com bases em critérios de qualidade estabelecidos por especialistas e com o apoio de pesquisadores mestres e doutores, o processo avaliatório tomou rumos diferentes, mais renovados e de adequações às necessidades verdadeiras do ensino nas escolas. Já em 2000, dicionários escolares foram “incluídos no PNLD como um primeiro movimento de sua expansão, atualmente direcionada também para materiais complementares” (RANGEL, 2011, p. 42).

Assim, desde o PNLD de 1997, os professores já podiam escolher os livros que melhor atendessem às suas necessidades. Embora de algum modo o sistema de avaliação e de disponibilização dos livros tenha sido um avanço para o sistema educacional das escolas públicas, por outro, ainda não avançara quanto aos modelos de dicionários utilizados no cotidiano escolar.

Os dicionários ou minidicionários antes disponibilizados nas escolas correspondiam a projetos lexicográficos destinados às consultas de qualquer consulente, ignorando a sua faixa etária, o seu letramento ou mesmo a sua realidade linguística. Os iniciantes na alfabetização pouco ou nada aproveitavam os dicionários, uma vez que as obras eram complexas demais e não correspondiam às competências linguísticas deles. Vale ressaltar que o mesmo ocorria com as séries finais do primeiro segmento do Ensino Fundamental (RANGEL; BAGNO, 2006).

De acordo com Rangel (2011), os vocábulos apresentados nos dicionários antes escolhidos pelos professores, sem a apreciação dos avaliadores, tinham descrições linguísticas pouco familiares, tanto ao público ao qual eram destinados, como também aos próprios professores. Rangel (2011) ainda ressalta a presença de arcaísmos, vocábulos em desuso e a ausência de palavras amplamente utilizadas no cotidiano das crianças ou dos jovens naqueles dicionários, como é o caso do vocabulário das inovações tecnológicas e da linguagem dos jovens e adolescentes.

Neste sentido, novas mudanças foram aderidas ao PNLD/2006, em que se determinou a distribuição de dicionários escolares que contemplassem as especificidades linguísticas de cada fase escolar no Ensino Fundamental.

[...] o objetivo foi equipar as escolas com um número significativo de diferentes títulos de dicionários. Com isso as escolas e, em especial, as

equipes docentes, ao mesmo tempo enriquecem seu patrimônio cultural e propiciam ao trabalho em sala de aula um material didático que pode estabelecer um diálogo bastante proveitoso com os livros didáticos, os livros disponíveis na biblioteca escolar ou na sala de leitura, as revistas distribuídas pelo MEC (RANGEL; BAGNO, 2006, p. 31).

O projeto lexicográfico dos novos dicionários objetivou atender às demandas linguísticas que até então os outros dicionários escolares não supriam, como, por exemplo, a quantidade de vocábulos e as suas respectivas definições. Assim, foram elaborados três tipos diferentes de acervos: *a*, *b*, e *c*. O acervo *a* foi dividido em tipo 1 e 2, estes foram destinados aos alunos do 1º, 2º e 3º anos do primeiro segmento do Ensino Fundamental; o acervo *b* também era composto por dois tipos de dicionários: 2 e 3, elaborados para o 4º e 5º anos do mesmo segmento. Já o acervo *c*, caracterizado como tipo 3, destinava-se aos alunos do 6º ao 9º ano do segundo segmento do Ensino Fundamental (RANGEL; BAGNO, 2006).

Percebe-se que as preocupações apresentadas pelos estudiosos que compuseram a comissão de avaliação dos dicionários referentes ao PNLD/2006 também estão expressas, de algum modo, nos Parâmetros Curriculares da Língua Portuguesa (PCN-LP), os quais servem como subsídios que corroboram as intenções do MEC para o ensino da língua materna. Logo, lemos que

No primeiro ciclo, é fundamental que os alunos comecem a aprender a utilizar a língua para aprender. Isso só será possível (sobretudo quando ainda não sabem escrever com autonomia) se receberem ajuda constante do professor para fazer anotações sobre os assuntos tratados na aula, organizando-as no caderno; utilizar as anotações posteriormente, quando necessário; consultar o dicionário ou outras fontes escritas para resolver problemas ortográficos; pesquisar em enciclopédias; preparar a fala para uma exposição oral; organizar argumentos para um debate; buscar, num texto, elementos que validem determinadas interpretações (PCN LÍNGUA PORTUGUESA, 1997, p. 65).

Desse modo, as propostas lexicográficas do PNLD/2006 tentam contemplar de alguma maneira o PCN-LP, haja vista que elas indicam que os dicionários escolares devem fazer com que “[...] o aluno aprenda a ser crítico na assimilação das informações que recebe e aprenda a pôr a seu serviço tanto o que diz o dicionário quanto o que a sua experiência ensina” (RANGEL; BAGNO, 2006, p. 62).

4. Dicionários Escolares

O uso do dicionário adequado às especificidades linguísticas da fase de letramento do falante pode ser para o aluno uma ferramenta rica no processo de cognição e apropriação do léxico. Assim, o dicionário não é uma “contraparte linguística para representação do mundo, mas uma intermediação simbólica na construção dos significados linguísticos” (COROA, 2011, p. 62). Portanto, o dicionário é “[...] mais do que uma forma de nomear e classificar as coisas do mundo: é um apoio para a construção da nossa rede de conhecimentos linguísticos” (COROA, 2011, p. 63).

Mesmo os primeiros dicionários registrados na história da humanidade tinham o objetivo de serem didáticos. As obras lexicográficas serviam para manter equivalência entre o latim e as línguas modernas. Outro objetivo a ser destacado era o de sistematizar a língua a fim de que os dominantes tivessem uma variante padrão a ser imposta aos dominados (RANGEL; BAGNO, 2006).

O dicionário nos remete às listas elaboradas ainda nos quinze primeiros séculos da história da escrita (RANGEL; BAGNO, 2006).

Na Mesopotâmia, por exemplo, os sumérios elaboraram inúmeras delas, com diferentes funções: inventariar patrimônios, registrar acontecimentos importantes, especificar oferendas aos deuses – e assim por diante. Todas elas, ao que parece, explicavam-se por interesses práticos da vida econômica, da administração, da história da comunidade, da religião etc. Trata-se, assim, de registrar, para salvar do esquecimento, informações de grande importância para o desenvolvimento de atividades essenciais no dia-a-dia dessas sociedades (RANGEL; BAGNO, 2006, p. 13).

O uso do dicionário é uma prática motivada por diferentes situações, seja pela simples pesquisa ortográfica de algum vocábulo, seja para se saber o significado de alguma palavra. Por isso, de acordo com Coroa (2011), a consulta ao dicionário está ligada a uma situação concreta ou, melhor dizendo, a uma dada situação textual.

Infelizmente, ao que parece atualmente, o dicionário continua sendo utilizado como uma fonte de consulta ortográfica, mais como um “guia ortográfico” e “não conquistou, portanto, o dicionário o espaço que merece como recurso didático no âmbito do ensino de línguas, sobretudo quando se trata de língua materna” (ANTUNES, 2012, p. 139). Nas bibliotecas brasileiras que possuem um sistema bibliotecário adequado, por exemplo, o dicionário é disposto na sessão de referências, junto às enciclopédias, guias, glossários, ou seja, estão disponíveis com as obras de consulta.

Para Krieger (2007), muitos são os motivos para a não utilização adequada do dicionário como ferramenta pedagógica, tais que:

- a falta de conhecimento de lexicografia teórica ou metalexigrafia, disciplina que, raramente, integra os currículos de formação de professores;
- a quase total inexistência de estudos que oferecem um panorama sistemático e crítico da lexicografia brasileira;
- a falta de tradição de crítica lexicográfica no país;
- a ausência de conceitos claros sobre qualidade de dicionários;
- a equivocada crença de que os dicionários são iguais, são obras neutras que se diferenciam apenas pela quantidade de entradas (KRIEGER, 2007, p. 299).

Coroa (2011) diz que o uso do dicionário pode auxiliar o trabalho do professor nas aulas, por exemplo, quando, após a leitura de um texto, o aluno procurará vocábulos desconhecidos; se for verbo, poderá aprender que os verbos são listados no dicionário no infinitivo. “Se uma primeira tentativa não der certo, outros sinônimos podem ser consultados no dicionário e as tentativas de interpretação seriam renovadas num verdadeiro processo de construção do conhecimento” (COROA, 2011, p. 70).

Pensando nisso, a proposta lexicográfica do dicionário escolar deve se ater às diferentes necessidades do consulente, devendo considerar

[...] a pertinência e o escopo da seleção vocabular, considerando-se o nível de escolarização e o usuário visado. De forma geral, pode-se dizer que quanto mais inicial for o nível, e quanto menos extensa for a nomenclatura, mais a seleção precisa justificar-se por critérios pedagógicos [...]. O que pressupõe, a rigor, um criterioso levantamento lexicográfico prévio, por parte dos elaboradores da obra, junto a textos orais e escritos a que os alunos visados estejam mais expostos, assim como uma adequada interpretação das demandas didático-pedagógicas. Portanto, a representatividade da seleção, em dicionários escolares, principalmente os destinados a iniciantes, define-se por parâmetros diferentes dos que presidem um dicionário padrão da língua (RANGEL, 2011, p. 54).

Nesta perspectiva, podemos também citar Coelho (2008, p. 18) para quem o dicionário “[...] é um artefato que tem por finalidade auxiliar os falantes na solução de dúvidas sobre a grafia, significado ou uso de palavras ou expressões, quando na produção ou leitura de textos – é, de modo geral, um auxiliar da memória”. Por outro lado, o dicionário representa uma ferramenta de acesso ao léxico de uma língua, o qual deve ser utilizado adequadamente para que se tenha êxito quanto à consulta almejada.

Por isso mesmo, podemos dizer que um dicionário será tão melhor, como inventário das palavras de uma determinada língua e descrição de suas potencialidades, quanto maiores e mais pertinentes forem as informações reunidas sobre cada palavra, em suas funções e relações. Assim, poderá municiar adequadamente o usuário (RANGEL; BAGNO, 2006, p. 18).

A utilização de dicionários no ambiente escolar é uma prática pedagógica de “aprendizado e desenvolvimento da leitura, da redação e da comunicação em geral” (KRIEGER, 2007, p. 301). Em outras palavras, é uma prática potencializadora do aprendizado da própria língua, mais especificamente, do seu léxico. Falar de língua é também tratar do léxico, uma vez que o dicionário tem sua finalidade linguística e sociocultural, porquanto “o léxico é a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade. [...] O léxico é o repositório do saber lingüístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo” (VILELA, 1994, p. 06).

Livros didáticos, dicionários e outros materiais que dão suporte às atividades didático-pedagógicas trazem para a sala de aula diálogos com a história, com a diversidade social com instituições nacionais e com experiências pessoais. Assim utilizado em sala de aula, o dicionário permite o acesso ao “poder da palavra” e corresponde à sua função nas práticas sociais (COROA, 2011, p. 72).

Embora as aulas de Língua Portuguesa tenham recebido inovações teóricas e práticas, o processo de aquisição do léxico da criança na fase da alfabetização e letramento é algo que merece atenção.

De acordo com Ilari e Lima (2011), “sabemos menos do que gostaríamos de saber sobre a maneira como se constrói a competência lexical da criança”. Os autores acreditam que para a criança ser motivada ao aprendizado é necessário proporcionar a ela momentos de experiências fundadoras. Ou seja, “[...] a melhor maneira de explicar o que entendemos por experiências fundadoras consiste em dar exemplos concretos e vividos. Isso nos leva a refletir sobre algumas experiências pessoais, nossas e de outras pessoas” (2011, p. 16).

No contexto educacional das escolas públicas, os dicionários atualmente utilizados, indicados pelos avaliadores do MEC, foram produzidos conforme perspectivas modernas acerca da linguagem e, principalmente, sobre a aquisição lexical. Entretanto, mesmo diante dos esforços dos avaliadores, alguns questionamentos podem surgir sobre tais obras lexicográficas, como: os dicionários são adequados aos alunos para os quais foram projetados? Os professores, especificamente os de língua portuguesa, possuem conhecimento suficiente sobre o léxico da língua portuguesa? Os professores conseguem desenvolver atividades satisfatórias que tornem os alunos proficientes na consulta aos dicionários? Os alunos conseguem consultar os dicionários conforme as expectativas dos avaliadores do MEC?

Tendo em vista que são escassos os estudos sobre a utilização dos dicionários escolares, especialmente daqueles indicados no PNLD/2006, torna-se pertinente a realização de pesquisas que nos indiquem se tais obras contemplam projetos lexicográficos adequados aos alunos a que foram destinadas, se os professores utilizam os dicionários como ferramenta pedagógica no ensino-aprendizagem, se os alunos são estimulados ao uso do dicionário e se sabem consultá-los.

Considerações finais

Evidencia-se que o dicionário de LP é uma ferramenta pedagógica necessária ao aprendizado do léxico da língua materna e um produto cultural e público. Entretanto, para que o dicionário se torne um recurso didático utilizado cotidianamente nas escolas, no ensino-aprendizagem, torna-se necessário o empenho do professor neste processo.

Portanto, cabe ao professor conhecer e compreender as propostas pedagógicas dos dicionários, principalmente os escolares, pois caso contrário ele não será capaz de optar pelas obras lexicográficas mais adequadas às necessidades e fase de aprendizagem dos alunos. Quanto mais o professor souber sobre os aspectos estruturais dos dicionários, mais ele poderá incluir o dicionário nas aulas de língua materna e em outras disciplinas.

Explorar os conhecimentos linguísticos apresentados nos dicionários é uma prática incomum nas aulas, porém pode se tornar cotidiana e fácil aos alunos. Uma maneira de ensinar aos alunos buscarem mais conhecimentos linguísticos numa ferramenta à mão, que podem orientá-los sobre ortografia, definições, pronúncia, classe gramatical e etimologia. Enfim, o uso do dicionário no ensino-aprendizagem é fazer valer a verdadeira função do dicionário escolar, ser pedagógico. Ademais, assim procedendo, o professor estará satisfazendo ao objetivo maior do ensino de língua: o de ensinar o uso proficiente da língua para refletir sobre ela e tornar seu uso mais eficiente e eficaz nas práticas comunicativas. Noutras palavras, o dicionário na escola, se bem utilizado, poderá auxiliar o uso-reflexão-uso da língua pelos alunos consulentes.

Referências

ANTUNES, Irandé, O Léxico de Uma Língua. In: _____. In: **Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula.** São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 27-49.

ANTUNES, Irandé. O Uso do Dicionário como Objeto de Estudo. In: _____. **Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula.** São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 135-150.

BRASIL, SEF/MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa.** Brasília: SEF/MEC, 1997.

_____. **Guia de Livros Didáticos do PNLD 2004 – Dicionários.** Brasília: SEF/MEC, 2003.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O Léxico: o léxico se relaciona com o processo de nomeação e com a cognição da realidade. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires De; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). **As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia.** 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001. p. 13-22.

_____. Os Dicionários na Contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires De; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). **As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia.** 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001. p. 131-159.

CARVALHO, Castelar de. **Para Compreender Saussure: fundamentos e visão crítica.** 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1987.

COELHO, Braz José. Dicionários – estrutura e tipologia. In: _____. **Linguagem – Lexicologia e Ensino de Português.** Catalão: Modelo, 2008. p. 13-43

COROA, Maria Luiza. Para que Serve um Dicionário? In: CARVALHO, Orlene; BAGNO, Marcos. (Orgs.). **Dicionários Escolares: políticas, formas e usos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 61-72.

DAMIM, Cristina Pimentel. **Parâmetros para uma Avaliação do Dicionário Escolar.** Dissertação (Mestrado em Letras). 2005. 230 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Porto Alegre, 2005.

ILARI, Rodolfo; LIMA, Maria Luiza Cunha. Algumas Idéias Avulsas Sobre a Aquisição do Léxico. In: CARVALHO, Orlene; BAGNO, Marcos. (Orgs.). **Dicionários Escolares: políticas, formas e usos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 13-35.

KRIEGER, Maria da Graça. O Dicionário de Língua como Potencial Instrumento Didático. In: CARVALHO, Orlene; BAGNO, Marcos. (Orgs.). **As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia.** vol III. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 295-309.

_____. Dicionários para o ensino de língua materna: princípios e critérios de escolha. In: **Revista Língua e Literatura.** 2004/2005. v.6 e 7. n. 10/11. p. 101-112.

MANTOVANI, Kátia Paulilo. **O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD –** Impactos na qualidade do ensino público. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2009. 126 f. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2009.

RANGEL, Egon de Oliveira. Dicionários Escolares e Políticas Públicas em Educação: a relevância da “proposta lexicográfica”. In: CARVALHO, Orlene; BAGNO, Marcos. (Orgs.). **Dicionários Escolares: políticas, formas e usos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 37-60.

RANGEL, Egon de Oliveira; BAGNO, Marcos. **Dicionários em Sala de Aula.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2006.

SAPIR, Edward. **Linguística como Ciência.** Trad de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961. p. 43-62.

VILELA, Mário. Lexicologia e semântica. **Estudos de Lexicologia do Português.** Coimbra: Almedina, 1994. p. 05-22.